

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
---------------------------	-----------

## **CAPÍTULO I DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

<b>1 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE.O PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL, A RESIDÊNCIA MÉDICA E A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR.....</b>	<b>21</b>
<i>Henrique Correia e Vivian Ferraz de Arruda Salvador</i>	
1. Introdução .....	21
2. Projeto Mais Médicos para o Brasil.....	22
2.1. O Direito à Saúde e o Projeto Mais Médicos .....	23
2.2. A contratação sem concurso público.....	24
2.3. A contratação temporária.....	25
2.4. O Caso dos Médicos Cubanos .....	27
2.5. A fraude para descaracterizar o vínculo com a Administração Pública .....	33
3. Médicos residentes .....	33
3.1. As atividades do médico residente e a natureza jurídica da residência médica.....	33
3.2. As condições de trabalho do médico residente e o excesso de jornada .....	34
3.3. A fraude para descaracterizar a relação de emprego .....	36
4. Atuação dos órgãos de proteção ao trabalhador .....	36
4.1. A atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) .....	36
4.2. A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego .....	38
4.3. A atuação do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde .....	38
4.4. A atuação da Justiça do Trabalho .....	39
4.4.1. A atuação do MPT e da Justiça do Trabalho em casos que envolvam servidores vinculados ao Poder Público por relação de caráter jurídico-administrativo. O caso do Projeto Mais Médicos. ....	39
4.4.2. A atuação da Justiça do Trabalho e a Residência Médica.....	40
5. Conclusão.....	43
6. Referências bibliográficas .....	45
<b>2 SINGULARIDADES DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO.....</b>	<b>47</b>
<i>Homero Batista Mateus da Silva</i>	
1. Introdução .....	47

2. A Lei do Trabalho Doméstico de 1972 .....	48
3. O impacto da Constituição Federal de 1988 .....	50
4. O fracasso da nova lei do trabalho doméstico de 2006.....	52
5. Importância das Convenções 182 e 189 da Organização Internacional do Trabalho.....	53
6. Panorama da Emenda Constitucional 72, de 3 de abril de 2013 .....	55
7. Cenários para a próxima geração .....	60
<b>3 DOMÉSTICOS – QUEM SÃO ESSES TRABALHADORES E QUAIS DIREITOS JÁ SÃO APLICÁVEIS?.....</b>	<b>61</b>
<i>Cristiane Adad</i>	
1. Histórico .....	61
2. Evolução Legislativa sobre a matéria no Brasil .....	62
3. Empregado doméstico.....	65
4. A CLT e as relações empregatícias no âmbito doméstico .....	75
5. Direitos dos domésticos.....	78
5.1. Carteira do Trabalho e Previdência Social .....	78
5.2. Duração do trabalho .....	78
5.3. Descanso intrajornada e interjornada .....	80
5.4. Descanso semanal remunerado e feriados .....	82
5.5. Salário .....	82
5.6. 13º Salário.....	84
5.7. Vale-transporte .....	84
5.8. Férias.....	85
5.9. Licença paternidade, licença maternidade e estabilidade .....	86
6. Conclusão.....	87
<b>4 OS EMPREGADOS DOMÉSTICOS E A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL CONFERIDA PELA EMENDA 72/2013 .....</b>	<b>89</b>
<i>Josley Soares Costa</i>	
1. Introdução .....	89
2. Conceituando o atual empregado doméstico. Novos contornos delineados pela doutrina e jurisprudência.....	90
2. Críticas e Aplausos .....	98
3. Os novos direitos. Análise Crítica. O esperado Projeto de Lei 224/2013.....	99
4. Conclusão.....	120

<b>5 O ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO DO EMPREGADO: LIMITES À SUA UTILIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS NO ÂMBITO LABORAL.....</b>	<b>121</b>
<i>Raphael Miziara e Alexandre Valle Piovesan</i>	
1. O avanço da genética humana e seus reflexos no ambiente laboral.....	121
2. O patrimônio genético como direito integrante da personalidade: os dados sensíveis e o “empregado de cristal” .....	124
3. Classificações dos testes genéticos nas relações de trabalho.....	127
4. Argumentos favoráveis e desfavoráveis pelo acesso aos dados genéticos do empregado.....	129
4.1. Pela utilização dos dados genéticos nas relações de trabalho.....	129
4.2. Pela não utilização dos dados genéticos nas relações de trabalho.....	131
5. A proibição de discriminação com base em características genéticas: fixação de critérios para o acesso a informação genética .....	133
6. A insuficiência da legislação brasileira e a experiência no direito comparado .....	140
7. Brevíssimos apontamentos sobre os Aspectos Processuais e a Responsabilidade Civil por Atos de Discriminação Genética do Empregado.....	144
8. Considerações Finais.....	145
9. Referências .....	146
<b>6 O DIREITO À SAÚDE NA PERSPECTIVA LABOR-AMBIENTAL .....</b>	<b>149</b>
<i>Victor Hugo de Almeida e André Evangelista de Souza</i>	
1. Introdução .....	149
2. Breve histórico da saúde do trabalhador no Brasil.....	150
3. Uma noção contemporânea de saúde no contexto labor-ambiental .....	153
3.1. Por que uma noção e não um conceito de saúde?.....	155
3.2. Uma noção garantizável de saúde no contexto labor-ambiental.....	157
4. Saúde e meio ambiente do trabalho.....	159
4.1 A efetivação do direito à saúde no contexto laboral-ambiental.....	160
5. Considerações finais.....	163
6. Referências .....	164
<b>7 A TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TRABALHADORES.....</b>	<b>167</b>
<i>Luciano Alves Rossato e Paulo Eduardo Lépre</i>	
1. Introdução .....	167
2. Generalidades sobre os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescentes .....	170
2.1. Dos Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes.....	170

2.2.	Da Especialidade dos Direitos Fundamentais sob o Aspecto Qualitativo: A Conformação Estrutural Especial desses Direitos .....	174
2.3.	Do Dever Fundamental da Família, da Sociedade e do Estado .....	178
3.	Inter-relações entre o sistema de garantia e a tutela coletiva dos Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes.....	182
3.1.	Considerações Preliminares .....	182
3.2.	A Ação Civil Pública como Instrumento de Defesa dos Direitos Fundamentais e de Efetivação do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes .....	184
3.2.1.	Denominação de Ação Civil Pública e Interesses Tutelados pela Lei da Ação Civil Pública .....	184
3.2.1.1.	Dos entes legitimados .....	186
4.	A Ação Civil Pública e o Dano Moral Coletivo originado da Utilização da Mão-de- Obra Infantil na Prostituição .....	189
4.1.	Considerações Iniciais e Definições .....	189
4.2.	O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU referente à Venda de Crianças, à Prostituição e à Pornografia Infantis .....	192
4.3.	O Dano Moral Coletivo derivado da Inobservância do Direito Fundamental.....	194
5.	Bibliografia .....	195
<b>8</b>	<b>TRABALHO INFANTIL: POR UMA VISÃO SISTÊMICA.....</b>	<b>199</b>
	<i>Eliana dos Santos Alves Nogueira</i>	
1.	Notas Introdutórias .....	199
2.	Do direito ao não-trabalho para crianças e adolescentes .....	200
3.	Autorizações judiciais para o trabalho antes da idade mínima .....	209
4.	Considerações finais.....	214
5.	Bibliografia .....	215
<b>9</b>	<b>O NOVO SALÁRIO-MATERNIDADE - UMA CONQUISTA SOCIAL.....</b>	<b>217</b>
	<i>Adriana Menezes e Filipe Luís Avelino</i>	
1.	Introdução .....	217
2.	A origem da licença-maternidade e do salário-maternidade.....	218
3.	A evolução legislativa do salário-maternidade no Brasil .....	218
4.	Natureza jurídica do salário-maternidade .....	220
5.	Modalidades do salário-maternidade.....	222
5.1.	O salário-maternidade biológico.....	222
5.2.	O salário-maternidade adotivo .....	223
5.3.	O salário-maternidade derivado ou remanescente .....	224

6. Carência do salário-maternidade .....	225
7. O valor do benefício.....	226
8. O período de recebimento do benefício.....	227
9. Críticas ao novo modelo de salário-maternidade.....	228
10. Considerações finais.....	230
11. Referências bibliográficas.....	230

## **10 REFLEXÕES E APONTAMENTOS SOBRE A APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ..... 231**

*Flávio Filgueiras Nunes*

1. Introdução .....	231
2. A caracterização do dano pela perda de uma chance: o fato danoso e o nexa causal.....	234
2.1. As espécies de dano pela perda de uma chance .....	236
2.1.1. Noção clássica da Teoria da Perda de uma Chance .....	236
2.1.2. Perda da chance de ter evitado um prejuízo .....	237
2.2. O problema da configuração do nexa causal entre a conduta e o dano por perda de uma chance.....	239
3. A perda de uma chance como espécie de dano autônomo .....	241
3.1. A autonomia do dano pela perda de uma chance.....	241
3.2. A chance e a sua seriedade.....	242
3.3. A aceitação pelo ordenamento jurídico brasileiro da perda de uma chance como dano indenizável .....	244
3.3.1. A possibilidade de aceitação da Teoria da Perda de uma Chance no Direito positivo brasileiro.....	244
3.3.2. A perda de uma chance como espécie de dano autônomo e a Teoria do Nexa de Causalidade adotada .....	247
3.4. A perda de chance como dano final e a sua incoerência com o modelo brasileiro de causalidade .....	249
4. Conclusão .....	253
5. Referências bibliográficas.....	255

## **11 A RELAÇÃO DE TRABALHO À LUZ DA INTERPRETAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA E O DANO EXISTENCIAL ..... 257**

*Kleber Henrique S. Afonso*

1. Introdução .....	257
2. Do fundamento da República Federativa do Brasil.....	259
3. Da relação laboral empregatícia.....	260
4. Dos direitos fundamentais.....	267

5. Do Dano existencial .....	271
6. Alguns casos que podem gerar dano existencial decorrente da relação de trabalho .....	280
7. Conclusão .....	280
8. Referências Bibliográficas.....	281
<b>12 O LIMITE AO PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR FRENTE AO DIREITO À INTIMIDADE DO EMPREGADO QUANTO AO USO DO E-MAIL NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	<b>283</b>
<i>Anne Helena Fischer Inojosa e André Luiz Ferreira Santos</i>	
1. Fundamentos Teóricos .....	283
1.1. O poder e a vigilância à luz de Foucault .....	283
1.2. Eficácia dos Direitos Fundamentais nas relações de trabalho .....	286
2. O uso do correio eletrônico no local de trabalho .....	289
2.1. O uso da internet no local de trabalho .....	289
2.2. Vulnerabilidade dos usuários da internet .....	291
2.3. O correio eletrônico: funcionamento, natureza jurídica .....	292
2.4. O monitoramento do correio eletrônico pelo empregador. ....	296
3. O direito fundamental à intimidade do empregado e o direito fundamental de propriedade, administração e gestão do empregador.....	301
3.1. Direito à intimidade. Poder diretivo do empregador .....	301
3.2. Colisão de direitos: poder diretivo do empregador – direito à intimidade do empregado .....	302
4. Considerações finais.....	304
<b>13 ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>307</b>
<i>Rogério Renzetti</i>	
1. Introdução .....	307
2. Caracterização do Assédio Moral.....	308
2.1. Considerações iniciais.....	308
2.2. Conceito.....	309
2.3. Sujeitos .....	310
2.4. Características, consequências e condutas do assédio moral.....	311
2.5. Assédio Moral Coletivo .....	315
2.6. Distinção entre Assédio Moral e Assédio Sexual .....	316
2.7. O assédio moral na legislação esparsa.....	317
2.8. Conclusão.....	319
2.9. Referências Bibliográficas .....	320

**14 A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA TERCEIRIZAÇÃO ... 321***Ana Paula Toledo de Souza Leal*

1. Introdução .....	321
2. Breve histórico geral .....	322
3. Terceirização lícita e ilícita .....	323
4. Responsabilidade do tomador de serviço .....	324
5. Terceirização pela Administração Pública .....	326
6. Responsabilidade trabalhista da Administração Pública .....	327
7. Posição atual do STF após julgamento da ADC nº 16 .....	331
8. Repercussão na Justiça Trabalhista .....	334
9. Fundamentos para o futuro .....	335
10. Referências .....	337

**15 JORNADA DE TRABALHO E NORMAS DE ORDEM PÚBLICA: A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR ..... 339***Bruno Klippel*

1. Introdução .....	339
2. A preocupação com a saúde do trabalho como cerne do desenvolvimento histórico do direito do trabalho .....	340
2.1. A função protetora do Direito do Trabalho e a efetivação dos direitos fundamentais .....	341
2.2. A imperatividade das normas como característica do direito do trabalho .....	343
3. Eficácia dos direitos fundamentais e sua importância na atualidade .....	344
4. A restrição da jornada de trabalho como uma forma de garantia da saúde do trabalhador .....	347
4.1. O princípio da dignidade da pessoa humana e a necessidade de manutenção da jornada de trabalho em níveis razoáveis .....	348
5. A evolução da jurisprudência do TST no sentido de proteger os direitos fundamentais do trabalhador, em especial, a saúde .....	351
6. Referências bibliográficas: .....	358

**16 DIREITO AO RECEBIMENTO DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS NA DISPENSA POR JUSTA CAUSA: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONVENÇÃO Nº 132 DA OIT COMO TRATADO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS ..... 363***Weiquer Delcio Guedes Junior*

1. Introdução .....	363
2. Férias proporcionais no ordenamento jurídico brasileiro .....	364
2.1. Histórico do instituto das férias .....	364
2.2. O regime celetista das férias individuais .....	365
2.3. O tratamento celetista das férias proporcionais na terminação contratual .....	367

3.	A convenção nº 132 da OIT e as férias proporcionais na dispensa por justa causa .....	368
3.1.	A Organização Internacional do Trabalho e sua Constituição .....	368
3.2.	Convenções da OIT e sua incorporação no ordenamento jurídico brasileiro .....	369
3.2.1.	As convenções da OIT .....	369
3.2.2.	A incorporação das normas de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro .....	371
3.2.3.	As convenções da OIT no ordenamento jurídico brasileiro .....	374
3.2.4.	O princípio da norma mais favorável e o confronto entre normas internacionais do trabalho e a legislação infraconstitucional brasileira.....	375
3.3.	O tratamento conferido às férias proporcionais na dispensa por justa causa após a incorporação da Convenção nº 132 da OIT no ordenamento jurídico brasileiro.....	378
3.3.1.	A Convenção nº 132 da OIT .....	378
3.3.2.	A regulamentação trazida às férias proporcionais pela Convenção nº 132 da OIT .....	378
3.3.3.	O conflito aparente entre a Convenção nº 132 e a CLT acerca das férias proporcionais na dispensa por justa causa.....	379
4.	Conclusão .....	383
5.	Referências bibliográficas .....	384
<b>17</b>	<b>DA GARANTIA PROVISÓRIA DE EMPREGO NOS CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ÀS NOVAS REDAÇÕES DAS SÚMULAS 244 E 378 DO TST .....</b>	<b>387</b>
	<i>Rodrigo Ungaretti Tavares</i>	
1.	Introdução .....	387
2.	Do contrato individual do trabalho.....	388
2.1.	Do contrato por prazo determinado .....	389
2.2.	Do contrato de experiência: um problema antigo.....	390
2.3.	Do contrato de experiência: evolução jurisprudencial .....	392
3.	Das novas súmulas .....	394
4.	Das novas sugestões para o debate.....	395
4.1.	Da compatibilidade da estabilidade provisória aos contratos por prazo determinado.....	395
4.2.	Da incompatibilidade da garantia provisória de emprego aos contratos por prazo determinado como regra geral.....	396
5.	Conclusão .....	396
6.	Referências bibliográficas .....	398



<b>18 O DUMPING SOCIAL E A CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO DE OFÍCIO PELO JUDICIÁRIO TRABALHISTA .....</b>	<b>399</b>
<i>Kelly Amorim</i>	
1. Introdução .....	399
2. Concepção histórica e a visão sociológica da exploração da mão de obra.....	399
3. Conceito de Dumping Social .....	401
4. O dumping social na atualidade - Quais têm sido os enfrentamentos perante o tema e o que está sendo concebido.....	403
5. A reiteração de práticas abusivas e a configuração do Dumping Social .....	405
6. A concessão da indenização de ofício pelo Judiciário Trabalhista e o limite do Poder Judiciário.....	409
7. Conclusão.....	414
8. Bibliografia.....	415

## CAPÍTULO II DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

<b>19 DIREITOS MATERIALMENTE FUNDAMENTAIS CONTEMPLADOS EM NORMA COLETIVA SEM PREVISÃO EXPRESSA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....</b>	<b>419</b>
<i>Micheli Volpiano Rinaldi</i>	
1. Origem, conceito e gerações .....	419
2. Conceito formal e material de direito fundamental.....	421
3. Força normativa dos diplomas negociais coletivos e princípio da vedação ao retrocesso social .....	424
4. A constitucionalização do direito privado e os reflexos na autocomposição .....	428
5. Conclusão.....	430
<b>20 A EVOLUÇÃO E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>431</b>
<i>Marcela Barros Cunha Lima</i>	
<b>21 A REPRESENTATIVIDADE DOS SINDICATOS E AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS FRENTE À REFORMA SINDICAL .....</b>	<b>439</b>
<i>Haline Ottoni Alcântara Costa Monge</i>	
1. Considerações iniciais .....	439
2. Sindicatos.....	440
2.1. Sistema sindical brasileiro – origem e após o advento da Constituição Federal de 1988.....	440

2.2. Modelo sindical pregado pela Convenção n. 87 da OIT e o perfil do trabalho decente no Brasil.....	442
3. Reforma sindical à luz da PEC 369/05.....	445
4. Importância da negociação coletiva como forma de resolução dos conflitos.....	447
5. Representatividade sindical e negociações coletivas frente à reforma sindical.....	448
6. Considerações finais.....	450
7. Referências bibliográficas.....	451
<b>22 LIMITES DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO EM MATÉRIA DE JORNADA.....</b>	<b>453</b>
<i>Janaina Cardoso Azambuja e Leandro Pinto de Castro</i>	
1. Introdução.....	453
2. Flexibilização da jornada de trabalho.....	454
2.1. Limites da Flexibilização.....	455
2.2. Flexibilização da Jornada.....	455
3. Negociação coletiva X Normas de higiene, saúde e segurança.....	457
3.1. Invalidez de cláusulas negociadas.....	457
3.2. Redução do intervalo intrajornada.....	458
3.3. Redução do intervalo interjornada.....	461
3.4. Redução dos minutos que antecedem e sucedem a jornada.....	462
3.5. Hora reduzida noturna.....	463
4. Abordagem sobre negociação coletiva no MERCOSUL a negociação coletiva transnacional no âmbito do MERCOSUL.....	464
5. Conclusão.....	464
6. Referências bibliográficas.....	466
<b>23 A ADERÊNCIA DAS NORMAS COLETIVAS AOS CONTRATOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO.....</b>	<b>467</b>
<i>Rodolpho César Aquilino Bacchi</i>	
1. Introdução.....	467
2. Teorias sobre a Aderência das Normas Coletivas.....	468
2.1. Teoria da Aderência Ilimitada ou Irrestrita.....	468
2.2. Teoria da Aderência Limitada pelo Prazo.....	469
2.3. Teoria da Aderência Limitada por Revogação.....	470
3. A irretroatividade da aplicação da nova redação da Súmula nº 277 do Tribunal Superior do Trabalho.....	474
3.1. Julgados do Tribunal Superior do Trabalho.....	477
3.1.1. Recurso de Revista nº 1308100-19.2006.5.09.0016.....	477

3.1.2. Recurso de Revista nº 8300-18.2009.5.04.0771 .....	478
4. A cláusula de incorporação de vantagem prevista em norma coletiva .....	479
5. Conclusão.....	480
6. Referências.....	481
<b>24 AS CENTRAIS SINDICAIS E SUA ANACRÔNICA EXISTÊNCIA .....</b>	<b>483</b>
<i>Ícaro de Souza Duarte</i>	
1. Introdução .....	483
2. Breve esboço histórico.....	484
3. Definição e características.....	485
4. Requisitos de constituição.....	486
5. Atuação e prerrogativas.....	488
6. A posição das centrais sindicais perante o sistema confederativo sindical .....	490
7. Da contribuição sindical obrigatória.....	496
8. Da atuação política das centrais sindicais .....	500
9. Da estabilidade dos dirigentes das centrais sindicais .....	501
10. Conclusão.....	502
11. Referências.....	503

### CAPÍTULO III PROCESSO DO TRABALHO

<b>25 A INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA CONCEDER AUTORIZAÇÃO DE TRABALHO AO MENOR DE IDADE .....</b>	<b>507</b>
<i>Helder Ribeiro Machado e José Nelson Aureliano Menezes Salerno</i>	
1. Problematização .....	507
2. Hierarquia E eficácia das normas.....	508
3. Competência para conceder autorização de trabalho ao menor.....	512
5. Conclusões.....	521
6. Referências.....	522
<b>26 A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA EXECUÇÃO TRABALHISTA À LUZ DO PRINCÍPIO DO IMPULSO OFICIAL UMA PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO DA CELEUMA DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL .....</b>	<b>523</b>
<i>Marcos Roberto Zerbin</i>	
1. Introdução .....	523
2. Princípio do impulso oficial .....	524
2.2. Princípio do impulso oficial no Direito do Trabalho.....	524

2.2.1 Princípio do impulso oficial na execução trabalhista.....	526
3. Prescrição intercorrente.....	526
3.1. Da prescrição .....	526
3.2. Da prescrição no direito do trabalho.....	528
3.3. Prescrição Intercorrente.....	530
3.4. Prescrição intercorrente no Direito do Trabalho .....	530
4. A prescrição intercorrente na execução trabalhista à luz do princípio do impulso oficial: uma proposta de harmonização da celeuma doutrinária e jurisprudencial .....	531
5. Conclusão .....	534
6. Referências bibliográficas .....	535

**27 REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DE OFÍCIO NO PROCESSO DO TRABALHO E A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE..... 537**

*Gustavo Filipe Barbosa Garcia*

1. Introdução .....	537
2. Prescrição extintiva .....	537
3. Prescrição e decadência.....	539
4. Prescrição de ofício no processo do trabalho.....	540
5. Prescrição trabalhista e prescrição intercorrente.....	544
6. Conclusão .....	548
7. Bibliografia.....	549

**28 ASPECTOS ATUAIS DA HIPOTECA JUDICIÁRIA NO PROCESSO DO TRABALHO ... 551**

*Mauro Schiavi*

1. Da efetividade das sentenças trabalhistas de primeiro grau.....	551
2. Da hipoteca judiciária.....	552
3. Da compatibilidade com o processo do trabalho .....	555
4. Da Súmula 375 do STJ e a hipoteca judiciária.....	557
5. A questão tratada no Anteprojeto do Código de Processo Civil.....	559